



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2022 - RP

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS P/CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR

O **MUNICÍPIO DE PASSA SETE/RS**, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 10:00 horas, do dia 31 de março de 2022, no Centro Administrativo, sito a Av. Pinheiro, 1500, na cidade de Passa Sete – RS, se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, com a finalidade de receber propostas para o presente Pregão, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os Decretos Municipais nº 679, de 30 de abril de 2007, nº 1.327, de 03 de julho de 2013, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

1. OBJETO:

1.1. O presente PREGÃO tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar de alunos da rede municipal de ensino fundamental e estadual de ensino médio, conforme trajetos a seguir descritos:

ITEM 01 - TRAJETO nº 11: CAMPO DE SOBRADINHO – CAMPO DE SOBRADINHO (Turnos Manhã e Tarde)
VEICULO NECESSÁRIO: ÔNIBUS

Saída às 06 horas na entrada para a Serra Velha (propriedade de Loeci Calheiro), seguindo pela estrada geral até a entrada da Cascalheira, indo até a propriedade de Adriano de Oliveira, retornando à geral, seguindo na entrada de Serrinha Velha até a propriedade de Osmar da Silva, retornando e seguindo em direção à propriedade da Cristina Roos, retornando à geral, chegando até a propriedade de Loeci Calheiro (onde os alunos passam o ônibus do trajeto nº 19 e seguem até a EEEM Cristo Rei). Retornando às 12 horas e 05 minutos (após o embarque dos alunos que retornam da EEEM Cristo Rei com o trajeto nº 19) pelo mesmo trajeto em roteiro inverso, perfazendo um total de **42km diários - Turno Tarde**: Saída às 12 horas e 30 minutos da propriedade de Cristina Roos (após o desembarque do último aluno do turno da manhã – ensino médio), retorna à estrada geral, seguindo em direção à entrada dos Macedo até o Senhor João, retornando à geral, seguindo até a chácara de Danilo Trindade, em seguida até a propriedade do Leandro Zuchetto, retornando e seguindo até a entrada de Serrinha Velha, retornando à geral e chegando na Escola Silvano Luiz da Silva às 13 horas e 10 minutos. Retornando às 17 horas, indo até a propriedade de Dilo da Silva, em seguida até a propriedade de Pedro (Bidu) e de Adenilson Batista, seguindo até a propriedade de Sadi Moura, seguindo até a propriedade de Cristina Roos, retornando à geral, indo em direção à entrada dos Macedo até a propriedade do Senhor João, retornando à geral, indo até a propriedade do Leandro Zuchetto, em seguida indo até a chácara do Danilo Trindade, retornando pela geral até entrada de Serrinha Velha, seguindo até a propriedade de Osmar da Silva, retornando à geral e finalizando o trajeto na propriedade de Loeci Calheiro, perfazendo um total de **57km diários, totalizando 99km diários, preço máximo p/km R\$ 5,50.**

ITEM 02 - TRAJETO nº 15: SERRA VELHA - CAMPO DE SOBRADINHO (Turno Manhã)
VEICULO NECESSÁRIO: ÔNIBUS

Saída às 6 horas e 10 minutos em frente ao armazém do Ceninho, passando em frente ao engenho, dobrando à esquerda e seguindo pela estrada vicinal até a geral, após até a residência de Dorvedi Machado, seguindo na geral até o Barro Preto, entrando e indo na propriedade de Lademiro de Oliveira, retornando à geral e entrando na mangueira, indo até a propriedade de Marlise Henckes, retornando à estrada geral, onde os alunos passam para o ônibus do trajeto nº 19 e seguem até a EEEM Cristo Rei. Retornando às 12 horas (após o embarque dos alunos que retornam da EEEM Cristo Rei com o trajeto nº 19), retornando e passando em frente ao engenho, dobrando à esquerda e seguindo pela estrada vicinal até a geral, após até a residência de Dorvedi Machado, seguindo pela geral, retornando até o Ceninho, perfazendo um total de **38km diários, preço máximo p/km R\$ 5,25.**

ITEM 03 - TRAJETO nº 19: CAMPO DE SOBRADINHO – CIDADE PASSA SETE – CAMPO DE SOBRADINHO - MURTA (Turnos Manhã e Tarde)

VEICULO NECESSÁRIO: ÔNIBUS - Com plataforma de acessibilidade (para atendimento de aluno matriculado no ensino médio)



Saída às 06 horas e:15 minutos em frente à residência da Loeci Calheiro, entrada do Sapopema, indo até à propriedade do Mário Vieira, retornando à estrada geral, passando em frente à Loeci Calheiro, seguindo em direção à Cabeceira do Passa Sete, indo até a residência do senhor Santo de Quadros, passando pela propriedade do senhor Nilson Paranhos e recolhendo o aluno com necessidade especial, retornando até estrada geral, seguindo em direção à cidade, chegando na EEEM Cristo Rei às 07 horas e 35 minutos, retornando às 11 horas e 35 minutos pelo mesmo trajeto em roteiro inverso, perfazendo um total de **65km diários** -. **Turno Tarde:** Saída às 12 horas e 30 minutos da propriedade de Vanessa Machado Andrade (após o desembarque do último aluno do turno da manhã – ensino médio), retornando pela estrada geral até à Escola Silvano Luiz da Silva, chegando às 13 horas, retornando às 17 horas, seguindo na geral, entrada do Sapopema, indo até à residência de Vanessa Machado Andrade, retornando e seguindo em direção a Cabeceira do Passa Sete, indo até a propriedade do Senhor Santo de Quadros, retornando até a propriedade da Loeci Calheiro, perfazendo um total de **28km diários**, totalizando **93km diários**, preço máximo p/km **R\$ 5,50**.

2 – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE PASSA SETE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2022
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

AO MUNICÍPIO DE PASSA SETE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2022
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

2.1. Somente poderão participar exclusivamente deste pregão os beneficiários da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação, em atividade econômica compatível com o seu objeto.

2.2. Não poderão participar da presente licitação, as empresas que:

- a)** Estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Passa Sete – RS;
- b)** Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- c)** Encontra-se sob falência ou concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- d)** Licitantes que se apresentem constituídas na forma de empresa em consórcio;
- e)** Empresa que tenham sócios que sejam servidores da Prefeitura Municipal de Passa Sete – RS;
- f)** Não será admitida nesta licitação a participação de Cooperativas.

3 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1. A Licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

- a)** Se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:
 - a.1)** Cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;
 - a.2)** Documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;



- a.3)** Inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;
- a.4)** Decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;
- a.5)** Registro comercial, se empresa individual.
- a.6)** Declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- b)** Se representada por procurador, deverá apresentar:
- b.1)** Instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do código civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou
- b.2)** carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.
- Observação 1:** Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.
- Observação 2:** Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.
- 3.4.** Para exercer os direitos de ofertas lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença da licitante ou de representante em todas as sessões públicas referentes e licitação.

4 – DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

- 4.1.** No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nºs **01 – PROPOSTA DE PREÇO – e 02 – DOCUMENTAÇÃO.**
- 4.2.** Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referido, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.
- 4.3.** O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame.

5 – PROPOSTA DE PREÇO:

- 5.1.** A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 dias, deverá ser apresentada em folhas seqüencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:
- a)** Razão social da empresa;
- b)** Proposta financeira, mencionando o preço unitário do quilômetro rodado e o valor total diário de cada trajeto, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais e despesas com o veículo, que eventualmente incidam sobre a operação, as quais correrão por conta da licitante vencedora.

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

6 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

- 6.1.** Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.



6.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03(três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

6.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

6.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.6.1. A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a R\$ 0,01 (um centavo).

6.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente as penalidades constantes no item 13 deste edital.

6.8. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.9. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

6.13. Serão desclassificadas as propostas que:

a) Não atenderem as exigências contidas no objeto desta licitação;

b) Forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;

c) Afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;

d) Contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.15. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, e análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

6.16. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo toda e qualquer informação acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de licitações deste Município, conforme subitem 14.1 deste edital.

6.17. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

6.18. Para efeitos de julgamento, esta licitação é do tipo menor preço por item.

7 – DA HABILITAÇÃO:

7.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

7.1.1. Declaração que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358-02;



7.1.2. Comprovação de enquadramento como beneficiária da Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014 da forma que segue abaixo:

I - Declaração firmada pelo técnico responsável devidamente registrado no CRC (Conselho Regional de Contabilidade), de que a mesma se enquadra nos Termos da Lei 147, de 7 de agosto de 2014 ou Certidão expedida pela junta comercial comprovando Inscrição como beneficiária da Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014;

7.1.3. A não entrega dos documentos solicitados no item 7.1.2 ou a apresentação de documento diferente do exigido, implicará na anulação do direito da mesma em usufruir o regime diferenciado garantido pela Lei Complementar 123/06 alterada pela Lei Complementar 147/2014.

7.1.4.- HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Prova de inscrição no cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.4.1. Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.4, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto no item 3 deste edital.

7.1.5.- REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado (DI/RE) ou do Município (ALVARÁ MUNICIPAL), se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal/Conjunta INSS;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante;
- e) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.1.6.- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho anterior de transporte coletivo de pessoas;
- b) Comprovante de disponibilidade ou certificado de propriedade dos veículos, a serem utilizados nos serviços, com menos de vinte anos;

7.1.7.- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com prazo não superior a 30 dias.

7.2. Para empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

Observação: Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

7.3. A microempresa e a empresa de pequeno porte, que possuir restrição em qualquer documento de regularidade fiscal e trabalhista, prevista no item 7.1.5, deste edital, terá sua habilitação condicionada a apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 5 dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

7.3.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.3.2. Ocorrendo a situação prevista no item 7.3, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.



7.3.3. O benefício que trata o item 7.3 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.3.4. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13.1, alínea a, deste edital.

7.4. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

8 – DA ADJUDICAÇÃO:

8.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada a vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

9 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

9.1. Tendo a licitante, manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, está terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

9.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

9.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

10. DOS PRAZOS:

10.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração no prazo de 02 (dois) dias, convocará a vencedora para assinar a ata de registro de preços e o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.3. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, possibilitada, no entanto, a critério da administração e em conformidade com o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, sua prorrogação por períodos iguais e sucessivos até completar o período máximo de 60 (sessenta) meses, mediante termo aditivo.

10.4. Em havendo prorrogação no prazo de vigência contratual, o valor contratado será reajustado anualmente em conformidade com a variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apurada nos 12 (doze) meses anteriores ao reajuste, observado, para tanto, a vigência mínima contratual de 12 (doze) meses.

10.5. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte cinco por cento) do valor contratado inicialmente, devidamente atualizado.

11 – DO PAGAMENTO:



11.1. O pagamento será efetuado mensal, conforme serviço prestado durante o mês, devendo ocorrer até o quinto dia útil do mês subsequente.

11.2. O contratado deverá comprovar, no vencimento de cada parcela, como condição para recebimento, o recolhimento do INSS, FGTS e demais encargos incidentes.

11.3. Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

12 – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:

12.1. O valor contratual será revisto, para mais ou para menos, quando houver alteração oficial no preço dos combustíveis e desde que requerida pela contratada e comprovada a incidência sobre o valor do quilômetro percorrido, sendo utilizado, para tanto, como base de cálculo, a média do percentual de que o preço dos combustíveis representam sobre o valor do quilômetro percorrido.

13 – DAS PENALIDADES:

13.1. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou da ordem de fornecimento (nota de empenho), o Município poderá, garantida a defesa prévia, aplicar as sanções previstas na Lei n.º 8.666/93 e alterações, consubstanciadas com as sanções previstas na Lei Federal n.º 10.520 de 17/07/2002.

13.2. As penalidades serão:

a) Advertência;

b) Multa de 20% sobre o valor estimado de contratação ou de Ordem de Fornecimento;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

e) Rescisão do contrato.

13.3. Será garantido ao licitante, o direito prévio da citação e da ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contra quaisquer das situações acima previstas.

13.4. Essas penalidades serão aplicadas a critério do Município, e, sempre que aplicadas, serão devidamente registradas.

13.5. As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

13.6. Além das situações previstas acima, os preços registrados também poderão ser suspensos pelo prazo de 01 (um) ano, facultado a defesa prévia do interessado, nos seguintes casos:

13.6.1. Pela Administração, quando:

a) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

b) Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

13.7. Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

13.8. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos nos itens acima será feita por correspondência com aviso de recebimento (AR), juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

13.9. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação em Imprensa Oficial, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

13.10. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada antes da data da convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

14 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Passa Sete, setor de licitações sito a Av. Pinheiro, 1500, ou pelos telefones (51) 3616 6161 ou fax (51) 3616 6903, no horário compreendido entre as 8:00 e 17:00 horas, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.



14.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de licitações.

14.3. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

14.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de fax e telefone.

14.5. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistema informatizados (Internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

14.6. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, sobre o valor inicial contratado.

14.7. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

14.8. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei federal nº 8.666/93).

14.9. Fica eleito o Foro da Comarca de Sobradinho para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Gabinete do Prefeito Municipal de Passa Sete, RS, 18 de março de 2022.

Este edital foi devidamente examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em ____/____/____

Assessor (a) Jurídico (a)

Mauricio Afonso Ruoso
Prefeito Municipal



Contrato nº que celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE e a empresa, com vistas a prestação de serviços de transporte escolar de alunos da rede municipal e estadual de ensino

Pelo presente instrumento, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.364/0001-95, com sede administrativa na Av. Pinheiro, nº 1.500, nesta cidade de Passa Sete, RS, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **Maurício Afonso Ruoso**, a seguir denominada **PREFEITURA**, e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede, neste ato representada por, identidade RG nº e CPF nº, a seguir denominada **CONTRATADA**, tem entre si como justo e contratado, nos termos do Processo de Licitação, modalidade Pregão Presencial nº 005/2022 de Registro de Preços, a prestação de serviços de transporte escolar, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Contrato o registro de preços para prestação de serviços de transporte escolar de alunos da rede municipal de ensino fundamental e estadual de ensino médio, conforme quilometragem(ns) e itinerário(s) descrito(s) na Cláusula Segunda deste instrumento.

Cláusula Segunda: DOS ITINERÁRIOS E QUILOMETRAGENS DIÁRIAS

2.1. O(s) itinerário(s) e quilometragem(ns) a ser(em) percorrido(s), diariamente, pela **CONTRATADA**, compreende(m) o(s) seguinte(s) trajeto(s):

2.1.1. **TRAJETO nº 11: CAMPO DE SOBRADINHO - CAMPO DE SOBRADINHO (Turnos Manhã e Tarde):** Saída às 06 horas na entrada para a Serra Velha (propriedade de Loeci Calheiro), seguindo pela estrada geral até a entrada da Cascalheira, indo até a propriedade de Adriano de Oliveira, retornando à geral, seguindo na entrada de Serrinha Velha até a propriedade de Osmar da Silva, retornando e seguindo em direção à propriedade da Cristina Roos, retornando à geral, chegando até a propriedade de Loeci Calheiro (onde os alunos passam o ônibus do trajeto nº 19 e seguem até a EEEM Cristo Rei). Retornando às 12 horas e 05 minutos (após o embarque dos alunos que retornam da EEEM Cristo Rei com o trajeto nº 19) pelo mesmo trajeto em roteiro inverso, perfazendo um total de **42km diários - Turno Tarde:** Saída às 12 horas e 30 minutos da propriedade de Cristina Roos (após o desembarque do último aluno do turno da manhã – ensino médio), retorna à estrada geral, seguindo em direção à entrada dos Macedo até o Senhor João, retornando à geral, seguindo até a chácara de Danilo Trindade, em seguida até a propriedade do Leandro Zuchetto, retornando e seguindo até a entrada de Serrinha Velha, retornando à geral e chegando na Escola Silvano Luiz da Silva às 13 horas e 10 minutos. Retornando às 17 horas, indo até a propriedade de Dilo da Silva, em seguida até a propriedade de Pedro (Bidu) e de Adenilson Batista, seguindo até a propriedade de Sadi Moura, seguindo até a propriedade de Cristina Roos, retornando à geral, indo em direção à entrada dos Macedo até a propriedade do Senhor João, retornando à geral, indo até a propriedade do Leandro Zuchetto, em seguida indo até a chácara do Danilo Trindade, retornando pela geral até entrada de Serrinha Velha, seguindo até a propriedade de Osmar da Silva, retornando à geral e finalizando o trajeto na propriedade de Loeci Calheiro, perfazendo um total de **57km diários**, totalizando **99km diários**.

2.1.2. **TRAJETO nº 15: SERRA VELHA - CAMPO DE SOBRADINHO (Turno Manhã):** Saída às 6 horas e 10 minutos em frente ao armazém do Ceninho, passando em frente ao engenho, dobrando à esquerda e seguindo pela estrada vicinal até a geral, após até a residência de Dorvedi Machado, seguindo na geral até o Barro Preto, entrando e indo na propriedade de Lademiro de Oliveira, retornando à geral e entrando na mangueira, indo até a propriedade de Marlise Henckes, retornando à estrada geral, onde os alunos passam para o ônibus do trajeto nº 19 e seguem até a EEEM Cristo Rei. Retornando às 12 horas (após o embarque dos alunos que retornam da EEEM Cristo Rei com o trajeto nº 19), retornando e passando em frente ao engenho, dobrando à esquerda e seguindo pela estrada vicinal até a geral, após até a residência de Dorvedi Machado, seguindo pela geral, retornando até o Ceninho, perfazendo um total de **38km diários**.

2.1.3. **TRAJETO nº 19: CAMPO DE SOBRADINHO - CIDADE PASSA SETE - CAMPO DE SOBRADINHO (Turnos Manhã e Tarde):** Saída às 06 horas e 15 minutos em frente à residência da Loeci Calheiro, entrada do Sapopema, indo até a propriedade do Mário Vieira, retornando à estrada geral, passando em frente à Loeci Calheiro, seguindo em direção à Cabeceira do Passa Sete, indo até a residência do senhor Santo de Quadros, passando pela propriedade do senhor Nilson Paranhos e recolhendo o aluno com necessidade especial, retornando até estrada geral, seguindo em direção à cidade, chegando na EEEM Cristo Rei às 07 horas e 35 minutos, retornando às 11 horas e 35 minutos pelo mesmo trajeto em roteiro inverso, perfazendo um total de **65km diários**. **Turno Tarde:** Saída às 12 horas e 30 minutos da propriedade de Vanessa Machado Andrade (após o desembarque do último aluno do turno da manhã – ensino médio), retornando pela estrada geral até à Escola Silvano Luiz da Silva, chegando às 13 horas, retornando às 17 horas, seguindo na geral, entrada do Sapopema, indo até à residência de Vanessa Machado Andrade, retornando e seguindo em direção a Cabeceira do Passa Sete, indo até a



propriedade do Senhor Santo de Quadros, retornando até a propriedade da Loeci Calheiro, perfazendo um total de 28km diários, totalizando 93km diários.

Cláusula Terceira: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Pela execução dos serviços contratados, a CONTRATADA receberá o valor total de R\$ por dia letivo, perfazendo o valor total estimado de R\$....., correspondente(s) a R\$ por quilômetro percorrido no Trajeto nº 11; R\$ por quilômetro percorrido no Trajeto nº 15 e R\$..... por quilômetro percorrido no Trajeto nº 19.

3.2. O pagamento do valor acima ajustado será feito até o 5º dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal, acompanhada de Relatório dos dias de transporte realizados e da quilometragem percorrida no decorrer do mês de referência, devidamente conferida e atestada através de Informativo emitido pela Secretaria de Educação e Cultura.

3.3. Os valores acima descritos poderão ser revistos nas mesmas datas em que houver alteração no preço dos combustíveis, obedecido, para tanto, como base de cálculo, a média do percentual de que o preço dos combustíveis representam sobre o valor do quilômetro percorrido.

3.4. Em havendo atraso no pagamento por culpa da CONTRATADA, os valores não sofrerão qualquer reajuste ou revisão, independente de ter havido alteração no preço dos combustíveis durante o período de atraso.

Cláusula Quarta: DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

4.1. O presente Contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, possibilitada, no entanto, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, sua prorrogação do prazo de vigência por períodos iguais e sucessivos de 12 (doze) meses até completar o período máximo de 60 (sessenta) meses, quando então será extinto independente de supressões ou notificações, hipótese em que será reajustado anualmente, pela variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apurado nos 12 (doze) meses anteriores ao reajuste.

Cláusula Quinta: DOS ENCARGOS TRIBUTÁRIOS, PREVIDENCIÁRIOS E SOCIAIS

5.1. Sobre o preço acima ajustado estão incluídos, além dos serviços, todos e quaisquer encargos tributários, previdenciários, fiscais, sociais e trabalhistas incidentes sobre a prestação de serviços de que trata o presente Contrato, assumindo a CONTRATADA a mais ampla e ilimitada responsabilidade no que diz respeito à mão-de-obra, transporte e alimentação de seus representantes, funcionários e prepostos, inclusive Seguro Acidente de Trabalho e seguro contra terceiros, ficando, ainda, a PREFEITURA, isenta de qualquer responsabilidade social, fiscal e tributária referente a vínculo empregatício ou obrigação previdenciária oriunda de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal ou qualquer outra demanda decorrente do presente Contrato.

Cláusula Sexta: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

6.1. Constitui direito da PREFEITURA receber a prestação de serviços em conformidade com as condições ajustadas e da CONTRATADA em perceber o valor na forma e prazos convencionados.

6.2. Constituem obrigações da PREFEITURA:

6.2.1. Fiscalizar e acompanhar a realização dos serviços, reclamando quando necessário e exigindo a reparação de eventuais falhas verificadas na execução do objeto contratado;

6.2.2. Efetuar o pagamento na forma e condições estabelecidas na Cláusula Terceira deste instrumento.

6.3. Constituem obrigações da CONTRATADA:

6.3.1. Apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias, CFIP da folha de pagamento e as Carteiras de Habilitação, Categoria Profissional dos empregados, acompanhadas dos Certificados de curso de transporte escolar;

6.3.2. Apresentar, regularmente, Laudo de Vistoria emitido pelo DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem em relação ao(s) veículo(s) utilizado(s) na prestação dos serviços, observada sempre o período de validade da(s) mesma(s);

6.3.3. Apresentar seguro dos veículos que assegure, ao menos, direitos a terceiros, escolares e acidentados pessoais, responsabilizando-se, ainda, por qualquer dano material ou pessoal causado a PREFEITURA ou a terceiros, provocado por seus representantes, funcionários ou prepostos, ainda que por omissão involuntária ou falha



na execução dos serviços, devendo, para tanto, serem adotadas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, as providências necessárias ao ressarcimento de eventuais danos;

6.3.4. Manter, durante a execução do Contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da contratação;

6.3.5. Transportar, única e exclusivamente, alunos das redes municipal e estadual de ensino;

6.3.6. Prestar os serviços de transporte escolar durante o período letivo;

6.3.7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, indicando, para tanto, preposto ou responsável capacitado a solucionar os problemas apontados;

6.3.8. Executar o serviço de modo satisfatório e em conformidade com as determinações da PREFEITURA, especialmente quanto a horários e itinerários;

6.3.9. Manter os veículos sempre limpos e em condições de realizar o transporte escolar com segurança, obedecendo, para tanto, as determinações do Código Nacional de Trânsito, submetendo-os, inclusive, as vistorias técnicas determinadas pela PREFEITURA;

6.3.10. Arcar com a totalidade das despesas decorrentes de combustível, peças e lubrificantes utilizados pelos seus veículos quando da prestação dos serviços;

6.3.11. Arcar com a totalidade das despesas decorrentes de encargos tributários, previdenciários, fiscais, sociais e trabalhistas incidentes sobre a prestação de serviços de que trata o presente Contrato, ficando a PREFEITURA isenta de qualquer responsabilidade desta natureza;

6.3.12. Apresentar, até o 5º dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, Nota Fiscal dos serviços prestados, acompanhada de Informativo da Secretaria de Educação constando o número de dias de transporte realizado e quilometragem percorrida em cada trajeto no mês de referência, assim como comprovante de quitação dos encargos descritos no item anterior e na Cláusula Quinta deste Contrato, sob pena de não receber o valor correspondente aos serviços prestados;

6.3.13. Reparar, corrigir e substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do Contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, ocasionadas por sua culpa, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades legais por eventuais irregularidades em que haja concorrido.

Cláusula Sétima: DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A execução do presente Contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Desporto e Lazer, Senhora Sinéia Doniseti Bellini Rech, que registrará em termo próprio eventuais falhas relacionadas a execução dos serviços, determinando o que for necessário a regularização das falhas ou defeitos observados, sem que isso importe em redução de responsabilidade da CONTRATADA pela boa execução do Contrato.

Cláusula Oitava: DA INADIMPLÊNCIA E MULTA

8.1. Se a PREFEITURA incorrer na inadimplência do presente Contrato, implicará no pagamento de juros e correção monetária conforme índices oficiais aplicados pela própria PREFEITURA quando correção dos Tributos Municipais.

8.2. Se a inadimplência decorrer de culpa da CONTRATADA, em especial quando do atraso no cumprimento dos horários e itinerários ou inexecução parcial ou total dos serviços, ficará sujeita ao pagamento de uma multa, como cláusula penal, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, sem prejuízo do ressarcimento de eventuais danos e aplicação das demais penalidades previstas neste instrumento.

8.3. No caso de imposição de multa, o respectivo valor deverá ser pago na mesma data em que a PREFEITURA efetuar o pagamento dos serviços, sob pena de retenção dos valores correspondentes.

Cláusula Nona: DAS DEMAIS PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou da ordem de fornecimento (nota de empenho), o Município poderá, garantida a defesa prévia, aplicar as sanções previstas na Lei n.º 8.666/93 e alterações, consubstanciadas com as sanções previstas na Lei Federal n.º 10.520 de 17/07/2002.

9.2. As penalidades serão:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa de 20% sobre o valor estimado de contratação ou de Ordem de Fornecimento;

9.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;



9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

9.2.5. Rescisão do contrato.

9.3. Será garantido ao licitante, o direito prévio da citação e da ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contra quaisquer das situações acima previstas.

9.4. Essas penalidades serão aplicadas a critério do Município, e, sempre que aplicadas, serão devidamente registradas.

9.5. As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

9.6. Além das situações previstas acima, os preços registrados também poderão ser suspensos pelo prazo de 01 (um) ano, facultado a defesa prévia do interessado, nos seguintes casos:

9.6.1. Pela Administração, quando:

9.6.2. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

9.6.3. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

9.7. Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

9.8. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos nos itens acima será feita por correspondência com aviso de recebimento (AR), juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

9.9. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação em Imprensa Oficial, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

9.10. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada antes da data da convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

Cláusula Décima: DA RESCISÃO

10.1. O presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das razões constantes dos artigos 77 e 78 e pelas formas do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, resguardados os direitos da PREFEITURA no caso de rescisão administrativa, sem que isso importe em direito a qualquer indenização por parte da CONTRATADA, exceto os serviços regularmente prestados até aquela data.

10.2. A PREFEITURA também se reserva no direito de rescindir, no todo ou em parte o presente Contrato, caso ocorra qualquer alteração na legislação em vigor ou, por qualquer motivo, o mesmo venha a lhe resultar em prejuízo de qualquer espécie.

Cláusula Décima-Primeira: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1. Fica ajustado que em havendo necessidade, poderão ser efetuadas, em conformidade com as hipóteses previstas no art. 65, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93, alterações em qualquer das condições estabelecidas no presente instrumento, exceto quanto ao seu objeto.

Cláusula Décima-Segunda: DA VINCULAÇÃO

12.1. O presente Contrato fica vinculado ao Processo de Licitação, modalidade Pregão Presencial nº 005/2022 de Registro de Preços.

Cláusula Décima-Terceira: DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

13.1. Este Contrato rege-se pela Lei Federal nº 8.666/93, inclusive em suas omissões.

Cláusula Décima-Quarta: DOS RECURSOS FINANCEIROS

14.1. As despesas deste Contrato correrão a conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

Cláusula Décima-Quinta: DO FORO

15.1. Para dirimirem quaisquer dúvidas decorrentes deste Contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Sobradinho, RS, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.



E, por estarem de pleno acordo com os termos em que foi redigido o presente Contrato, as partes o assinam em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Passa Sete, RS, de de 2022.

Mauricio Afonso Ruoso
Prefeito Municipal de Passa Sete
PREFEITURA

.....
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: